

Projudi - Processo Eletrônico do Judiciário de Roraima

Início Ações 1º Grau Ações 2º Grau Parecer Citações Intimações Audiências Sessões 2º Grau Buscas Estatísticas Outros

Operação realizada com sucesso. Protocolo:
2418517020190725094110

Processo 0815585-52.2019.8.23.0010 ☆ - (63 dia(s) em tramitação)

Classe Processual: 7 - Procedimento Ordinário

Assunto Principal: 9597 - Seguro

Nível de Sigilo: Público

Informações Gerais Informações Adicionais Partes Movimentações Apensamentos (0) Vínculos (0)

Realces

Realçar Movimentos de: ☐ Magistrado ☐ Servidor ☐ Advogado ☐ Membro MP ☐ Defensor ☐ Procurador ☐ Outros ☐ Audiência

Ocultar Movimentos: ☐ Inválidos ☐ Sem Arquivo ☐ Hab. Provisória

Filtros

Movimentado Por: ☐ Advogado ☐ Defensor de Justiça ☐ Entidades Remessa ☐ Magistrado ☐ Procurador ☐ Servidor

Sequencial(Intervalo): ao **Data do Movimento(Período):** à **Descrição:**

21 registro(s) encontrado(s), exibindo de 1 até 21

500 por pág. 1

Seq.	Data	Evento	Movimentado Por
	21	25/07/2019 09:41:10 JUNTADA DE PETIÇÃO DE MANIFESTAÇÃO DA PARTE Cumprimento de intimação - Referente ao evento JUNTADA DE ATO ORDINATÓRIO (18/07/2019)	JOÃO ALVES BARBOSA FILHO Procurador
<div>21.1 Arquivo: Petição</div> <div>Ass.: JOAO ALVES BARBOSA FILHOJOAO 2607148PETICAODEPROVASJUR01.PDF Público ALVES BARBOSA FILHO,</div>			
20	19/07/2019 11:43:28	LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA (Pelo advogado/curador/defensor de Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A) em 19/07/2019 com prazo de 15 dias úteis *Referente ao evento (seq. 17) JUNTADA DE ATO ORDINATÓRIO (18/07/2019) e ao evento de expedição seq. 19.	JOÃO ALVES BARBOSA FILHO Procurador
19	18/07/2019 15:15:19	EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO Para advogados/curador/defensor de Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A com prazo de 15 dias úteis - Referente ao evento JUNTADA DE ATO ORDINATÓRIO (18/07/2019)	REGINA MARIA AGUIAR CARVALHO Analista Judiciário
18	18/07/2019 15:15:19	EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO Para advogados/curador/defensor de NILSO SILVA DE MASCARENHAS com prazo de 15 dias úteis - Referente ao evento JUNTADA DE ATO ORDINATÓRIO (18/07/2019)	REGINA MARIA AGUIAR CARVALHO Analista Judiciário
	17	18/07/2019 15:15:11 JUNTADA DE ATO ORDINATÓRIO	REGINA MARIA AGUIAR CARVALHO Analista Judiciário
16	18/07/2019 00:04:41	DECORRIDO PRAZO DE NILSO SILVA DE MASCARENHAS (P/ advgs. de NILSO SILVA DE MASCARENHAS *Referente ao evento (seq. 12) JUNTADA DE ATO ORDINATÓRIO(13/06/2019) e ao evento de expedição seq. 13.	SISTEMA CNJ
15	27/06/2019 00:03:55	DECORRIDO PRAZO DE NILSO SILVA DE MASCARENHAS (P/ advgs. de NILSO SILVA DE MASCARENHAS *Referente ao evento (seq. 6) CONCEDIDO O PEDIDO (24/05/2019) e ao evento de expedição seq. 7.	SISTEMA CNJ
14	24/06/2019 00:04:41	LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA (Pelo advogado/curador/defensor de NILSO SILVA DE MASCARENHAS) em 24/06/2019 com prazo de 15 dias úteis *Referente ao evento (seq. 12) JUNTADA DE ATO ORDINATÓRIO (13/06/2019) e ao evento de expedição seq. 13.	SISTEMA CNJ



EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE BOA VISTA/RR

Processo: 08155855220198230010

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A., previamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada por seus advogados que esta subscrevem, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **NILSO SILVA DE MASCARENHAS**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem respeitosamente, à presença de V. Exa., em cumprimento ao despacho de fls. manifestar-se nos seguintes moldes:

A parte autora alega ser vítima de acidente de trânsito, encontrando-se supostamente inválido, razão pela qual, ajuizou a presente demanda com o fito de compelir a Ré ao pagamento do Seguro Obrigatório DPVAT no valor que entende devido.

Ocorre que a parte autora não juntou aos autos laudo pericial elaborado pelo Instituto Médico Legal com a devida graduação das supostas lesões sofridas, conforme exige a Lei 11.945/09 e Súmula 474, STJ.

Assim sendo, ante a ausência de graduação da alegada invalidez, questão controversa que ensejou a presente lide, requer a Ré **que o Juízo nomeie Perito Médico do IML ou outro órgão público, para a realização da perícia na parte autora, a fim de atestar a invalidez alegada, bem como quantificar a lesão de acordo com a Lei 11.945/09, e Súmula 474, STJ.**

Tendo em vista se tratar de prova constitutiva do direito autoral, em caso de impossibilidade da produção do referido laudo pericial pelo IML, deve o exame ser custeado pela parte autora por força do artigo 373, I do Código de Processo Civil.

Nestes Termos,
Pede Deferimento,

BOA VISTA, 23/07/2019.

JOÃO BARBOSA
OAB/RR 451-A

SIVIRINO PAULI
101-B - OAB/RR